# Cidadania e Democracia Deliberativa Na Esfera Pública Virtual [1]

Bruna Vanessa Dantas RIBEIRO[2]
Quézia de ALCANTARA [3]
Ana Carolina Rocha Pessôa TEMER[4]
Universidade Federal de Goiás - UFG

## Resumo

Esse trabalho pretende fazer um levantamento bibliográfico sobre a temática da cidadania, e dos conteúdos que servem como base para uma análise de movimentos sociais e de busca da uma comunicação deliberativa no contexto do espaço virtual e de uma possível esfera pública virtual. Para isso serão utilizados os conceitos de Jürgen Habermas para espaço público e democracia deliberativa, buscando resgatar a ideia de cidadania e estabelecer uma linha de relação desta com a atualização da esfera pública no século XXI, na visão de Pierre Lévy, André Lemos e Mássimo Di Felice, entre outros, a partir das perspectivas do midiólogo Marshall McLuhan.

**Palavras-chave:** Cidadania; democracia deliberativa; espaço público; esfera pública virtual; movimentos sociais.

## Introdução

A internet chegou para reforçar a perspectiva de McLuhan (1964) de que o mundo se tornaria uma "aldeia global". Sendo uma rede que conecta as pessoas em tempo real e em qualquer parte do planeta, ela é hoje considerada mais que uma poderosa ferramenta de comunicação, mas sim um novo ambiente comunicacional que permeia as relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

Somando recursos de informação, entretenimento, *e-comerce* em uma plataforma de comunicação horizontalizada, ela tornou-se a base da comunicação na sociedade pós-moderna. Vale destacar o uso dessa tecnologia para estabelecer contatos e parcerias e como espaço de discussão pública via plataformas de redes sociais on-line, o que levou a esfera pública delineada por Habermas e um patamar ainda mais democrático.

---

[1] Trabalho apresentado no DT de estudos interdisciplinares GP de Comunicação, mídias e Liberdade de expressão do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom 2013.

[2] Mestranda da Universidade Federal de Goiás, linha de pesquisa mídia e cidadania – Graduada em Comunicação Social, com habilitação em jornalismo, pela Faculdade ALFA. E-mail: brunaribeirojor@gmail.com

[3] Mestranda da Universidade Federal de Goiás, linha de pesquisa mídia e cidadania – Graduada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo pela Facomb/UFG. E-mail: quezia.alcantara@hotmail.com

[4] Pós-doutoranda em Comunicação na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora e mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. Professora do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia – FACOMB, da Universidade Federal de Goiás. E-mail: anacarolina.temer@gmail.com

A internet abriu a possibilidade do receptor-cidadão sair da passividade própria de quem recebe mensagens de um emissor-onipotente do poder hegemônico, que podem ser os tradicionais produtores dos meios de comunicação de massa ou canais institucionais de governo. Nesse novo meio, o receptor-cidadão, não só recebe, mas também emite mensagens, ocupando a posição de emissor torna-se sujeito no processo de comunicação. Ele passa a deter a possibilidade de, ativamente, se autor de sua própria cidadania.

**Aldeia Global – O Homem Constrói A Esfera Pública Virtual**

A expressão Aldeia Global foi criada pelo pesquisador canadense Marshall McLuhan em 1962, quando a internet existia apenas como aparato no âmbito militar e era conhecida como Arpanet. Esse modelo rudimentar de comunicação via protocolos começou a ser utilizado por bibliotecas nas universidades canadenses no Vale do Silício, conforme conta McLuhan:

> O que fizemos com o computador até agora foi meramente dá-lo aos bibliotecários e aos catalogadores de cartões... o computador oferece muitas outras vantagens além da simples ameaça de acabar com os empregos e aumentar o tempo de lazer...sob condições eletrônicas, o futuro sugere um enfoque de várias outras coisas...com os seus novos satélites ambientais e suas novas informações, o planeta está se transformando rapidamente numa velha ogiva, numa obra de arte. (MCLUHAN, 2010, p.118)

O chamado "profeta da Internet" não chegou a ver a rede sendo utilizada de forma comercial, pois morreu em 1980 e somente por volta de 1995 é que a Net tornou-se comercial a partir da criação de navegadores amigáveis por Tim-Berners Lee. Mas ele anteviu o que as futuras gerações no final do século XX e no XXI experimentariam.

A Cultura eletrônica ou dos Meios de Comunicação de Massas se instaurou com o surgimento da eletricidade e causou o que o professor de Toronto chamou de revolução. Neste período mudou-se a forma de disseminação e armazenamento de conteúdos, tornando-a massiva e alterando questões de espaço e tempo, permitindo não só a gravação e a reprodução de formas simbólicas entre pessoas espacialmente distantes e em épocas diferentes, mas também a velocidade e a instantaneidade. Esse período se iniciou com o telégrafo, no século XVIII, passando por vários tipos de tecnologias que substituíram os processos mecanicistas de produção da informação e se impuseram definitivamente com os meios de comunicação de massa, no século XX.

> E eis que de repente constatamos que a eletricidade ou o eletromagnetismo, que parecem ter um princípio totalmente diferente, são no entender de alguns, uma

> extensão de nosso sistema nervoso, e não meramente uma extensão de nosso corpo. Se a roda é uma extensão dos pés, e as ferramentas, das mãos, das costas ou dos braços, o eletromagnetismo parece ser, em suas manifestações tecnológicas, uma extensão dos nossos nervos e se torna, acima de tudo, um sistema de informação. (MCLUHAN, 2005, p.95)

Através de uma visão otimista, McLuhan entendia que a tecnologia eletrônica transformaria o mundo em uma "aldeia global", integrada. "A cultura eletrônica da aldeia global coloca-nos frente a frente com uma situação na qual sociedades inteiras se intercomunicam por uma espécie de gesticulação macroscópica", (MCLUHAN, 1971, p.17). Outras expressões usadas por ele, ao referir-se a possibilidade de uma a cultura mundializada foram: "cérebro tecnológico do mundo" (1962, p.59) e "novos modelos e estruturas de interdependência humana" (1962, p.19).

O canadense defendia que as mudanças que os novos meios produziam na cultura e na sociedade seriam capazes de modificar o "sensorium" da humanidade a ponto de se estabelecer o que chamou de inclusividade:

> Durante séculos definimos a natureza do eu por separatividade e não-participação, por exclusividade em vez de inclusividade. Verdade é que a era eletrônica, ao criar o envolvimento urgente de cada um de nós com todas as pessoas, começou a repadronizar a própria natureza da identidade. (MCLUHAN, 2010, p.86)

A nova tecnologia, que se iniciou com o telégrafo até os mais modernos satélites que criam uma camada eletrônica sobre a Terra, criou mais que um novo meio de comunicação ou ferramenta de interação, criou uma nova ambiência, uma esfera pública virtual à semelhança da esfera pública grega – a ágora e a esfera pública habermasiana. Assim, para se analisar os efeitos da aldeia global e entendê-la como fenômeno social tecnológico, é fundamental entender a esfera pública de Habermas e saber onde o a ação orientada pela formação de esferas públicas inclusivas pode levar a sociedade que a abarca.

## Esfera Pública de Habermas

Em 1962 Habermas lançou uma de suas mais repercutidas e polêmicas obras. Em "Mudança Estrutural da Esfera Pública" o autor trata da formação da esfera pública moderna a partir da formação da esfera pública burguesa de pessoas privadas reunidas e formando um público. Essa esfera pública se desenvolveu de 1690 a 1870, inicialmente como um esfera literária que se reunia em cafés britânicos e salões franceses, em função de leituras e discussões dos recém criados jornais e panfletos noticiosos, e posteriormente

adquiriu um "caráter privado e polêmico, contra a autoridade do estado" (SIGNATES, 2009, p.149).

Tal esfera estava situada entre a sociedade civil e o poder organizado do Estado e teve um papel importante para o estabelecimento da democracia, uma vez que ali é que se formava a opinião pública. A ação dos indivíduos atuantes na esfera pública obrigava o Estado a dar publicidade aos seus atos, um dos princípios do estado democrático de direito.

Com a institucionalização da imprensa, que também estava em franca ascensão, esta esfera deslocou-se para os periódicos, que incorporaram cada vez mais em suas pautas os assuntos gerados nos salões pela classe burguesa. Assim, os jornais começaram a oferecer a pauta para as discussões e a buscar nas rodas de discussão, novos assuntos para publicar**.** Pouco a pouco se deu o deslocamento das discussões da esfera pública para uma esfera institucionalizada, o que trouxe uma série de consequências, entre elas, a centralização da informação e o distanciamento do cidadão das discussões e debates sobre o que o poder público faz.

Apesar de "Mudança Estrutural da Esfera Pública" retratar o surgimento da imprensa na construção da esfera pública burguesa e a evolução desta esfera através de uma construção histórica, durante toda a obra fica difusa e distribuída a definição do que é a esfera. Esse conceito vem de forma bastante clara na obra "Direito e Democracia – Entre Facticidade e Validade" (I e II) de 1992. Nessa obra o conceito de espaço público deixa de ser histórico normativo para se tornar uma visão sociológica (SIGNATES, 2009), mais adotada nos dias de hoje:

> A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opinião; nela os fluxos comunicativos são filtrados e sintetizados a pontos de condensarem opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo implicando apenas o domínio de uma linguagem natural. (HABERMAS, 2011b, p.93)

Aprofundando ainda mais: "A esfera pública constitui principalmente uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com a espaço social gerado no agir comunicativo, não com as funções nem com os conteúdos da comunicação cotidiana." (HABERMAS, 2011b, p.93)

Para Habermas qualquer encontro, troca de informação, que parta da posição reciproca de comunicação alimentado pela liberdade comunicativa que uns concedem a outros, acontece em um espaço público, ou seja, a esfera de diálogo (esfera pública) existe

em um espaço público. Assim como o ator, a ação, o grupo ou a coletividade, a esfera pública é também um fenômeno social elementar. Sendo assim, este é constituído através da linguagem. "Na esfera pública luta-se por influência" (Habermas, 2011b, p.96) pois, a influência se forma nela.

Ele recebeu diversas críticas após a publicação da obra "Mudança estrutural da esfera pública", especialmente por excluir da esfera pública burguesa, a participação das mulheres e por não considerar a existências de outras esferas de discussão em outras camadas da sociedade europeia. No prefácio da 17° edição alemã do livro, lançada em 1990 Habermas comenta sobre suas possíveis falhas na construção histórica e social da teoria da formação da esfera pública burguesa, considerando os apontamentos citados anteriormente dando mais ênfase a questão da mulher, porém ele não volta a tratar dessa obra diretamente. Mesmo com suas falhas, o trabalho de Habermas é de extrema significância dentro dos estudos de comunicação e se tonou um dos pilares dos estudos de opinião e espaço público que vieram depois dele, além de uma base para se pensar a democracia e seus desdobramentos.

**Democracia Deliberativa**

Em seus dois livros "Direito e Democracia – Entre Facticidade e Validade" Habermas trata da filosofia do direito, não se desviando de sua temática da comunicação como base das relações e construção social. Primeiramente ele faz uma critica aos dois modelos políticos tradicionais: capitalismo e socialismo. Para o autor o capitalismo utiliza os imperativos do dinheiro e do poder para deformar as estruturas simbólicas do mundo da vida, implantando assim uma sociedade individualista, onde falta a coletividade impera

Já no socialismo/comunismo predomina uma invasão da esfera privada em detrimento de um coletivismo que coloca em cheque a autonomia e individualidade dos cidadãos, implicando perigo de antidemocracia. Para Habermas dentro de uma sociedade democrática não se deve cair no individualismo, porém a posição do indivíduo como parte do todo Público não pode se sobrepor a sua condição humana.

Então fica uma pergunta: qual modelo político seria o ideal para a sociedade pós-moderna? Fugindo desses dois modelos o autor busca um modelo político que não se atenha ao individualismo do capitalismo, nem a falta de autonomia privada e individualidade do socialismo/comunismo. Habermas (2011a, p.127) utiliza-se do conceito de autonomia introduzido por Kant e de modelo político de Rousseau para aprofundar-se na ideia de uma

democracia deliberativa, fundamentada na ideia de que direitos do homem só existem dentro da autonomia política.

Nesse novo modelo político, nem de esquerda e nem de direita, a decisão substituiria a ordem e a soberania do povo através das instituições, a soberania individual de atores políticos. Sendo assim a ação comunicativa seria aplicada em um contexto de estruturação político social, sob a forma de mediação comunicativa, reconhecimento mútuo do discurso de livre dominação, baseando-se assim na existência de um poder comunicativo. "O sistema político é então não mais a ponta nem o centro da sociedade, mas um sistema comunicativo de ações, entre outros" (REESE-SCHÄFER, 2009, P.177). Esse poder comunicativo seria gerido por uma ética cognitivista, que é um código de normas e valores utilizado na reflexão pública utilizada na tomada de decisões, validada pelo discurso.

Essa Sociedade dos cidadãos é formada pela tríade da sociedade burguesa (estado, mercado e sociedade civil) acrescida da solidariedade, que é possibilitada pelo poder comunicativo. Esse poder comunicativo, que é em si uma transformação da opinião pública, não pode servir de instrumento de dominação do poder administrativo, mas serve para direcioná-lo. Assim "opiniões públicas representam potenciais de influência política" (HABERMAS, 2011b, p.96)

Toda a construção da democracia deliberativa é fundamentada nos conceitos de esfera pública, já citada, e de sociedade civil, ambos trabalhados em "Direito e Democracia – Entre Facticidade e Validade II". Nesta obra Habermas define sociedade civil a partir de seu cerne constitutivo:

> O seu núcleo institucional é formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera política." (HABERMAS, 2011b, P.100)

A participação desta sociedade civil na formação da democracia deliberativa garante sua efetivação. Formam-se através do processo de soberania do povo, formação discursiva da opinião e da vontade pública, várias periferias sociais: esferas públicas mais acessíveis, consequentemente mais sensíveis aos problemas sociais. A sociedade civil habermasiana está apoiada nos direitos fundamentais, entre eles o direito a informação e liberdade de opinião (expressão), já que a sociedade civil é a esfera onde se pratica o poder comunicativo e à comunicação cabe o papel de regulador jurídico:

> A liberdade de opinião e de reunião, bom como o direito de fundar sociedades e associações, definem o espaço para as associações livres que interferem na formação da opinião pública, tratam de temas de interesse geral, representam interesses e grupos de difícil organização, perseguem fins culturais, religiosos ou humanitários, formam comunidades bem confessionais, etc. a liberdade de imprensa, do rádio e da televisão, bem como o direito de exercer atividades publicitárias, garantem a infraestrutura medial da comunicação pública a qual deve permanecer aberta a opiniões concorrentes e representativas. (HABERMAS, 2011b, p.102)

Segundo Habermas uma sociedade civil mobilizada, como as que presenciamos atualmente no Brasil, tem o poder de quebrar com a dominação através dos meios, pilar dos estudos de Adorno e Horkheimer, sendo esta dominação midiática possível somente em situações de esfera pública em repouso.

## A Esfera Pública Na Era Digital

Muito mudou no mundo pós "Mudança Estrutural da Esfera Pública" e Habermas não retornou a esta obra no sentido de atualizar a análise da construção da esfera pública através das mudanças ocasionadas pelas novas mídias e pelo desenvolvimento tecnológico que alterou significativamente os processos de aquisição de bens simbólicos na sociedade pós-moderna. Mcluhan também não pode atualizar o seu trabalho, portanto coube, e ainda cabe, a outros autores tratar da esfera pública habermasiana no século XXI e a atualização o trabalho do "profeta da internet".

Habermas (1984) comparou o espaço público da emergente sociedade burguesa à semelhança da *pólis* da antiga Grécia descrita por Hannah Arendt (2000, p.59) e que se assemelhava com as ações da *res pública* de Roma. Ela afirma que "aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos constitui a realidade...todos vêem e ouvem de ângulos diferentes. É este o significado da vida pública".

Na sociedade contemporânea, autores como Castells (2001), Lemos e Lévy (2010) afirmam que a internet é um ambiente que promove uma nova esfera pública, participativa, interativa: "um computador cujo centro está em toda parte e a circunferência em nenhuma, um computador hipertextual, disperso, vivo, pululante, inacabado, virtual, um computador de Babel: o próprio ciberespaço" (Lévy, 1999). Lemos e Lévy (2010) defendem que:

> ... é o ciberespaço como um todo que constitui uma imensa ágora virtual, labiríntica e fractal. Mas parece que comunidades virtuais especialmente concebidas para favorecer o diálogo e a deliberação política sejam levadas a desempenhar um papel importante na ciberdemocracia do futuro. (LEMOS; LÉVY, 2010, p.)

É inegável a utilização do espaço virtual como espaço público semelhante ao dos cafés a salões analisados por Habermas: espaços que possibilitam a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opinião. As ágoras virtuais seriam espaços de livre ação comunicativa que, abrindo oportunidade de livre expressão de vários indivíduos ou grupos, gera um filtro opinativo que condensa a opinião pública em temas específicos e aproxima a sociedade da possibilidade da democracia deliberativa, também idealizada por Habermas.

> As ágoras virtuais são provavelmente um dos melhores instrumentos capazes de transformar essa condição favorável em realidade efetiva, contribuindo à emergência de uma cidadania tensionada em direção a uma melhor inteligência coletiva... as ágoras virtuais são comunidades virtuais multipartidárias, centradas sobre questões políticas cujo principal objetivo é apoiar o diálogo, a deliberação, a decisão e a ação de todos os cidadãos que desejam delas participar. (LEMOS; LÉVY, 2010, p.192 e 193)

A marca de um princípio de inteligência coletiva é a formação de uma virtualidade cidadã, que cresce com a internet e utiliza-se dela para se articular dentro e fora da virtualidade e se reafirmar no mundo da vida enquanto movimento de mudança. Os autores propõem uma série de práticas e conteúdos na internet para que essa ciberdemocracia se efetive tais como: liberdade de expressão e de navegação sem constrangimento além do 'e-goverment'. Os movimentos sociais modernos hoje se utilizam amplamente de internet como ferramenta e fazem dela um palco de ação política pela busca da cidadania.

**Os Movimentos Sociais na Web**

É possível dividirmos movimentos sociais virtuais atuais em duas chaves de funcionamento: movimentos pré-existentes que migraram para o âmbito virtual, assim coexistindo com os movimentos reais, utilizando-se da virtualidade para sua sobrevivência, e os novos movimentos que começam com a discussão no espaço público da internet para se estender a realidade atuando tanto em ações virtuais como físicas.

Apesar dessa diferenciação de origem do discurso, ambos mostram que Pierre Levy não está errado, ou demasiadamente positivo, em defender uma coexistência da virtualidade com a realidade, não havendo anulação ou sobreposição de uma sobre a outra, elas coexistem em um sistema de mutualismo.

Para Levy (2007, p.92) o ciberespaço, como "espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e memória dos computadores", propicia a exploração de novas formas de opinião pública e é uma possibilidade tecnológica para se

atingir a inteligência coletiva. Já Di Felice (2012, p.1) destaca que "a comunicação digital tem um impacto muito forte na relação entre o indivíduo e o território, porque ela altera a forma de construção e de repasse das informações".

O sociólogo explica que desde a antiga Grécia até o surgimento da imprensa e mais tarde da televisão, a forma de comunicação tradicional foi feita unidirecionalmente e analogicamente, o que para ele é uma revolução da democracia, uma nova forma de ocupar o espaço público atual:

> Baseada na emissão de uma mensagem por um emissor e recebida por um público que não é passivo completamente, mas que, tecnologicamente, não pode emitir mensagem; com a comunicação digital temos a alteração desse fluxo comunicativo, a criação de uma forma de comunicação em rede onde todos os indivíduos são, ao mesmo tempo, emissores e receptores**. (**DI FELICE, 2012, p.1)

Apesar da proximidade da virtualidade com a esfera pública habermasiana e da constante construção de conhecimento sobre os movimentos de busca pela cidadania e os direitos na internet duas questões fundamentais permeiam os estudos e reflexões sobre a comunicação nas novas mídias: é possível pensar em uma esfera pública virtual coexistente com a esfera pública tradicional? Como fica a relação dos movimentos sociais virtuais e da luta pelos direitos na internet com as mídias tradicionais?

Esta resposta divide opiniões, para Levy é clara a importância do ciberespaço, enquanto espaço de desenvolvimento da inteligência coletiva, na construção de uma comunicação deliberativa "universal sem totalidade" (2007, p.111). Já para Sampaio e Barros a internet tem um inegável potencial interativo e discursivo, mas não alcança o patamar de esfera pública:

> De maneira geral, constata-se que a internet não é uma esfera pública virtual por si, mas que pode ser utilizada pelos seus usuários para incrementar as discussões na esfera pública, podendo, em determinadas situações, desencadear demandas sobre o sistema político formal. (2011, p.180).

Esfera pública, ágora virtual ou apenas plataforma de discussão, de forma alguma devemos desconsiderar a forma como esse espaço possibilita horizontalizar a produção informacional, o que propicia uma descentralização do poder sobre a informação e seu maior fluxo. É importante ainda considerar a forma como a internet é utilizada para se articular as lutas sociais e como a virtualidade modificou a forma de se discutir assuntos públicos e de se manifestar com relação a eles, porém ainda é cedo para excluir a presença das mídias e tradicionais.

Paiva (2013) trata de conceituar uma nova forma de ação das minorias como ação flutuante. Os movimentos minoritários incorporam novas tecnologias às suas ferramentas de trabalho, mas constantemente se articulam em função de aparecerem nas mídias tradicionais, o que gera um constante aparecimento/ ocultamento desses movimentos e prova que a esfera pública ainda está veiculada a esses veículos. Mesmo utilizando-se do espaço público virtual para se articular, os "movimentos flutuantes" dependem do espaço público tradicional para se validar.

**Um Novo Comunicar, Um Novo Manifestar-se.**

Exemplos práticos do uso do espaço público virtual para a discussão de assuntos públicos gerando assim uma nova forma de se comunicar e construir os movimentos sociais pode ser visto através de uma análise dos movimentos *Occupy wall street* em Nova York, Gezi na Turquia, Primavera Árabe em vários países e os movimentos populares no Brasil, mais recentes e ainda sem nome (que trataremos mais a fundo).

O *Occupy Wall Street* é um movimento iniciado em setembro de 2007 que protesta contra a desigualdade econômica e social causadas pela ganância das empresas do setor financeiro norte americano que influenciam o estado. Com o Slogan "*We are the 99%*" cerca de 10 mil pessoas ocuparam a *Wall Street* em Nova York, em um protesto que se espalhou pelos Estados Unidos. O movimento continua existindo e hoje seu site[5] é usado para divulgar outros movimentos ao redor do mundo.

A onda democrática conhecida como Primavera Árabe se iniciou na Tunísia em 2010, com um protesto de autoimolação, e se espalhou por 17 países do Oriente Médio e norte da África, levando milhares de pessoas às ruas, causando a derrubada de chefes de estado em três países (Tunísia, Egito e Líbia), reformas políticas em vários países e levando a Síria a uma guerra civil. Apesar de motivos específicos diferentes, os dezessete países estavam reunidos em reclamações contra as condições de vida precárias, contra regimes ditatoriais e a falta de direitos.

O movimento Gezi, começou em Istambul como protesto pacífico que reclamava a não derrubada de 600 árvores do parque Taksim Gezi, famoso espaço público de discussões, para a reconstrução de um quartel militar do império Otomano. O movimento que começou com alguns ambientalistas se espalhou pela Turquia e tem levado milhares de pessoas às ruas. O que se iniciou como um protesto pontual em defesa da praça Gezi, hoje

[5] http://occupywallst.org

reúne várias reclamações e se tornou um reflexo da indignação a população turca com o governo e fundamentalismo político do primeiro ministro Recep Tayyip Endorgan.

**O Outono brasileiro**

No Brasil, país de dimensões continentais, a Internet e suas plataformas em redes sociais possibilitaram durante o mês de junho de 2013 uma onda de protestos que durou muitos dias e mobilizou milhares de brasileiros nos 26 Estados e Destrito Federal, coordenadas por vários grupos no Facebook como o "Frente de Lutas Contra o aumento do ônibus". Em 20 de junho de 2013 ocorreu a maior manifestação, com mobilização nacional e contou com o maior número de manifestantes, cerca de 1.200.000[6] de pessoas foram às ruas no movimento chamado nas redes sociais de #vemprarua, #ogiganteacordou, #obrasilacordou. Como resultado houve a promoção de uma agenda pública positiva em que muitos parlamentares, prefeitos, governadores e até o Governo federal se mobilizaram para atender às reivindicações populares.

Os primeiros protestos foram realizados em Florianópolis (17/04/13), Porto Alegre (20/04/13) e Goiânia (28/04/2013) e tinham como pauta o reajuste das passagens do transporte coletivo. Os movimentos foram iniciados por alunos do ensino médio e superior, que fecharam ruas centrais das cidades, queimando pneus e empunhando cartazes contra o reajuste. Os protestos foram aos poucos tendo adesão da população e se espalhando pelo país, tendo como estopim os protestos da cidade de São Paulo realizados no início do mês de junho de 2013, com ação violenta de repressão pela polícia paulista que usou bombas de gás lacrimogênio, spray de pimenta e armas com balas de borracha, deixando muitos manifestantes e profissionais da imprensa feridos.

A ação policial truculenta funcionou como um gatilho nas redes sociais e o movimento começou a ser fortemente discutido e repecutido, inclusive na mídia tradicional, adquirindo mais adesões. O crescimento do movimento e a violência contra profissionais da imprensa gerou uma mudança brusca na cobertura midiática dos eventos, Os "baderneiros" se transformaram em "manifestantes" e a mídia tradicional passou a discutir o assunto mais amplamente. A repercussão foi também internacional, sendo assunto em vários jornais pelo

[6] Informações disponíveis em: http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb(Policia Militar, exceto Rio de Janeiro=COPPE-UFRJ, Manaus= Prefeitura da Cidade e Vitória=Secretaria Estadual de Segurança Pública); gazetadopovo.com.br/ruas-de-londrina;portalbigvale.blogspot.com.br;http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2013-06-20/manifestacao-em-sao-paulo.html; http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/www.opopular.com.br/www.dm.com.br

mundo e levando brasileiros em vários países europeus e nos Estados Unidos a protestarem também.

**Analisando Os Movimentos Nas e Pelas Redes Sociais On-line**

A princípio, os intelectuais não conseguiam explicar o que estava ocorrendo, visto que o movimento no Brasil não se encaixava em nenhuma das explicações já estudadas e relatadas dos movimentos sindicais, operários, ou mesmo políticos tais como no Golpe de 68, nas "Diretas Já" (1984), no "Fora Collor" (1992) ou na "Marcha dos 100 mil" (1999), contou Martins (2013). A presença da plataforma on-line alterou significativamente a estruturação dos movimentos, visto que nos movimentos anteriores a mobilização foi feita por um partido, um sindicato, uma entidade representativa de algum setor de minorias excluídas do processo social reunia indivíduos da sociedade civil em uma reivindicação sólida e comum, como explicam os cinetistas políticos Luiz Sigantes e Itami Campos:

> Pela primeira vez em muitos anos os movimentos têm partido da organização da própria sociedade, sem interferências partidárias. É também o prenúncio de desajustes na economia e ainda de maior consciência política. (SIGNATES, 2013, p.13)
> Vem acontecendo uma crescente onda de insatisfação com a corrupção, com o quadro político, com os políticos... mas ainda não dá para saber onde esses protestos vão chegar. Da forma como está gora, sem direcionamento, não trará consequência orgânica... ainda não podemos dizer que haverá reflexo nas eleições do ano que vem. (CAMPOS, Itami. 2013, p.13)

Em texto publicado pela revista "Vice" o jornalista Brian Merchant faz uma comparação dos movimentos anteriormente citados (*Occupy wall street*, Gezi e Primavera Árabe) e numa análise de suas estruturas mostra que apesar de possuírem diferentes motivações e ocorrerem em diferentes localidades, e culturas, esses movimentos começam com algumas semelhanças marcantes, que vão diminuindo conforme os protestos evoluem, e servem para se analisar também o exemplo brasileiro mais recente: 1) espontaneidade: apesar de um pequeno grupo iniciar o movimento seu crescimento e a adesão popular foram espontâneas, grande parte ocasionada pela internet; 2) Falta de cobertura da mídia local contornada pelo uso da internet; 3) O excesso de violência policial em resposta aos protestos que pode ser documentada pelos participantes, que usaram a internet para divulgar os movimentos e a truculência da polícia.

Os movimentos ao redor do mundo adquiriram o que Merchant chama de "anatomia própria" apesar da distância física eles acabaram por possuir características semelhantes,

graças a sua forma de se comunicar e a recusa do estado em se abrir para o diálogo, de possibilitar uma maior interatividade popular:

> Uma liderança pouco responsável está determinada a não abrir um diálogo significativo com os dissidentes. A pressão aumenta e a polícia fica mais brutal. A brutalidade se torna viral, assim como a indignação. Manobras ágeis nas redes sociais fornecem ferramentas adicionais para os organizadores e canais para essa indignação. (MERCHANT, 2013)

No caso dos movimentos recentes, a luta se desenvolveu no âmbito dos espaços públicos reais, porém foi o uso da internet como forma de articulação que deu a esses movimentos a possibilidade de liberdade de expressão e um maior alcance popular e político. Com o caminhar dos movimentos eles vão se diferenciando, no que diz respeito a resposta governamental obtida pelos manifestantes, que levam a medidas e novas ações diferenciadas. No Brasil houve uma grande resposta do governo aos protestos, muitas reivindicações foram atendidas e outras estão em processo de efetivação, como maior investimento na educação e um plebiscito que visa uma reforma política. Já o movimento Gezi continua a ser violentamente reprimido, como também a primavera Árabe em alguns países como a Síria, o que faz com que a onda de protestos siga e a violência aumente.

**Considerações Finais**

Mais do que uma ideia de cidadania ativa, que segundo Soares (2004, p.46) "Institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente participante da esfera pública e criador de novos direitos para abrir espaços de participação", Habermas (1984) propõe uma reformulação estrutural do modelo político no qual o indivíduo comunicativo passa a ser parte constitutiva do poder público, fazendo parte de sua estrutura através do poder comunicativo, da sua capacidade de pensar e discutir problemas publicamente.

Levando-se em conta os avanços tecnológicos ocorridos na segunda metade do século XX e início do século XXI é improvável negar que o novo formato de manifestações de cerne virtual sejam ações que buscam a comunicação deliberativa. O anseio popular por participação nas decisões políticas, demonstrado pelos movimentos sociais atuais, é um ensaio da soberania popular através do agir comunicativo, mesmo que em estágio primário, como o do Outono brasileiro, em que a agenda pública foi modificada pelos governos com a volta do preço antigo nas passagens de ônibus e até mesmo a instituição do Passe Livre para estudantes em algumas cidades brasileiras. Mesmo os movimentos com menor alcance de resultados como o *Occupy Wall Street* e o Gezi, são fatores para se pensar a participação

ativa no povo nas decisões públicas, que são parte constituinte da democracia em seu formato deliberativo.

Possível ou não de ser efetivada, a ideia de política deliberativa serve como parâmetro comparativo para avaliar os poderes públicos vigentes na pós-modernidade e acender a ideia de que a validação dos Direitos Humanos e de Cidadania, só será possível através da autonomia política dos cidadãos, ou seja, da soberania do povo, que por sua vez não acontece sem liberdade de expressão.

## Referências Bibliográficas

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CAMPOS, Itami; SIGNATES, Luiz. **Ação reflete desejo de mudança.** Goiânia: Jornal O Popular, p.13, 19/06/2013

DI FELICE, Mássimo. **Democracia Direta é Tecnologicamente possível**.: Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/democracia_direta_e_tecnologicamente_possivel Acesso em 04/06/12

HABERMAS, Jürgen**. A Inclusão do Outro**: estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **Espaço público- 30 anos depois.** 1990. Disponível em < https://docs.google.com/file/d/0b-vwcdyckp5smguzyjq3ndmtytrizc00zjbllwfmzdutyzjmngq1n2qymgew/edit>. Acesso em 02 de jun. 2013.

_____. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade I(a). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011.

_____. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade II(b). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2003.

LEMOS, André e, LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: Em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. Editora 34: São Paulo, 2007.

_____, Pierre. **A Esfera pública no século XXI**. Disponível em <http://techyredes.files.wordpress.com/2011/08/techyredes_artigo-pierre-levy1.pdf>. Acesso em 17 de jun. 2013.

_____, Pierre. **A nova relação com o saber**.In: _____Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MARTINS, Danyla **. Manifestações que marcaram a história política do Brasil**. Goiânia: Diário da Manhã, P.10, 24/06/2013.

MCLUHAN, Marshall. **A Galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico**. Tradução: Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira, São Paulo: Ed.USP, 1977.

_____. **Os meios de comunicação como extensões do homem (Understanding Media).** São Paulo: Editora Cultrix. tradução: Décio Pignatari, 18ª ed.,2006.

MCLUHAN, Stephanie; STAINES, David. **McLuhan por McLuhan: conferências e entrevistas.** Traduação Antônio Danesi. Rio de Janeiro: Ed. Ediouro, 2005.

MERCHANT, Brian. **Da Tahrir ao Occupy a Istambul: uma anatomia dos protestos atuais e futuros**. Revista Vice, 08 de jun, de 2013. Disponível em http://www.vice.com/pt_br/read/da-tahrir-ao-occupy-a-istambul-uma-anatomia-dos-protestos-atuais-e-futuros. Acesso em 08 de jun. 2013.

PAIVA, Raquel. **Política de minorias**: **Comunidade e cidadania**. Disponível em: <http://www.labcom.ubi.pt/files/agoranet/03/paiva-raquel-politica-de-minorias.pdf>. Acesso em 19 de jun. 2013.

SAMPAIO, Rafael C.; BARROS, Chalini T. G. **Internet como esfera pública? Análise de usos e repercussões reais das discussões virtuais**. Revista estudos em comunicação: Covilhã, n.9, p. 161-183, Mai. 2011.

REESE-SCHÄFER, Walter. **Compreender Habermas**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

SIGNATES, Luiz. **A sombra e o avesso da luz**: Habermas e a comunicação social. Goiânia: Editora Kelps, 2009.

SOARES, Maria Vitoria Benevides. **Cidadania e direitos humanos**. In CARVALHO, José Sérgio. Educação, cidadania e direitos humanos. Petrópolis: Vozes, 2004.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa; NERY, Vanda Cunha Albieri. **Para entender as Teorias da Comunicação**. Uberlândia: EDUFU, 2012.